



-----ACTA Nº 05/2019-----

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE JULHO, REALIZADA NO DIA DEZASSETTE DE JULHO DO ANO DE  
DOIS MIL E DEZANOVE: -----

----- Aos dezassete dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove,  
pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em  
Sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os assuntos  
constantes da convocatória número cinco de dois mil e dezanove.-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

----- **O Presidente** - Adelino Ricardo Martins Pereira. -----

----- **A Primeira Secretária** - Armandina Eduarda Ferreira Santos  
Loureiro. -----

----- **O Segundo Secretário** – Joaquim de Magalhães Pinto.-----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** declarou aberta a sessão. Feita a  
chamada verificou-se a **presença de trinta e um** deputados sendo eles:  
Adelino Ricardo Martins Pereira, José Manuel da Costa Soares, Miguel João  
Coelho Costa, Carla Susana Martins Moura, Luís Miguel dos Santos Martins,  
António Ramiro Lobo Gonçalves, Hugo Miguel de Sousa Lopes, Joana Leão  
Torres de Araújo, em substituição de Maria da Conceição Marques Nunes,  
Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, Abílio Ferreira da Costa  
Fernandes, David Taipa Coelho, Carlos Manuel Pacheco Lobo, António José  
Marques Pereira, Sandra Maria Ferreira de Brito, José Carlos Nogueira  
Coelho, Ana Cristina Alves Ferreira, Joaquim de Magalhães Pinto, Virgínia  
Isabel Costa Carvalho, Tomás de Aquino Oliveira e Paiva, em substituição de  
Luís Miguel Pereira Carneiro, Francisco Freitas de Sousa Magalhães,  
Francisco José Soares Costa, Joaquim Ferreira Martins, Ernesto Ferreira  
Lopes, Antero Fernando Dias Nunes Teixeira, em substituição de Sónia

Cristina Alves Barbosa, José Luís Queirós Monteiro, Bruno Filipe da Silva Gomes, em substituição de Serafim Dias Leal, António Duarte Dias de Carvalho, Jocelino Gonçalves Moreira, Rui Filipe Coelho Barbosa, Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes e Artur Alexandre Soares Costa. -----

----- Verificou-se a **ausência** de António Filipe Bessa Marques e Joaquim Machado dos Santos. -----

----- Na bancada da Câmara Municipal, marcaram presença os Senhores Vereadores, Paulo Sérgio Barbosa, que substituiu o Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Agostinho Pinto, Joaquim Sousa e José Ribeiro, em substituição de Célia Carneiro. -----

#### ----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para dar início à sessão extraordinária, apresentando os assuntos relativos aos três pontos da ordem de trabalho e sublinhando que, não havendo antes da ordem do dia, assuntos provenientes de outro órgão municipal, esta sessão seria, essencialmente, para analisar as actas, colocar os assuntos em dia e ultrapassar algumas situações delicadas. Neste sentido, informou que seriam distribuídas as actas em papel pelos grupos municipais presentes na sessão, uma vez que, também desta vez, não foi suficientemente célere a elaboração das respectivas propostas das actas. Mencionou que as referidas actas tinham características bastante diferentes, sendo importante perceber-las, assim como esclarecer o público do que se passa. De seguida perguntou aos senhores Líderes de Bancada se pretendiam pronunciarem-se ou se concordariam com a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Mesa sobre o modo de funcionamento da sessão: distribuídas as actas e atribuído um tempo para os grupos municipais se reunirem e analisarem o teor das mesmas, uma a uma, recomençaria a sessão

com a apreciação e votação das mesmas, individualmente. O Senhor Presidente da Mesa questionou se os Senhores Líderes de Bancada já tinham decidido quanto tempo precisariam para cada uma delas.-----

----- Tomou da palavra o deputado **Miguel Martins**, que sugeriu que seria mais prático que as três actas fossem distribuídas ao mesmo tempo, para serem analisadas pelos grupos municipais, sendo de seguida votadas.-----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa**, após esclarecida a forma de análise das actas, pelos Líderes de Bancada, questionando sobre o tempo que necessitariam para o fazer.-----

----- Tomou da palavra o deputado **Miguel Martins** que propôs que fossem disponibilizados quinze minutos para cada uma das actas, totalizando quarenta e cinco minutos para que os grupos municipais se reunissem e dialogassem, procedendo desta forma, à análise das três actas em questão. O deputado **Miguel Costa** interpelou para concordar com a proposta. -----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** informando que não se procederia à suspensão dos trabalhos, sendo que este tempo disponibilizado aos grupos municipais, faria parte integrante da sessão, substituindo-se o debate pela análise sobre os pontos da ordem do dia. Reiterando o facto de que a sessão era extraordinária, para resolver problemas extraordinários.-----

----- Colocada a votação, a aceitação da proposta do método de trabalhos para análise das actas, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida tomou da palavra o senhor **Presidente da Mesa**, dizendo que antes de começar os trabalhos, propriamente ditos, pretendia saber se alguém presente no público queria fazer alguma intervenção, ainda que não houvesse nenhuma inscrição.-----

----- Tomou da palavra o deputado **Miguel Costa** para referir que, perante a questão do Senhor Presidente da Mesa, colocada ao público, citamos: “ *Esta é uma sessão extraordinária. Isso é democracia a mais*”.-----



----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa esclareceu, dizendo: “ *Não é democracia a mais, é o que é.*”-----

----- Tomou da palavra o deputado **Miguel Martins** para solicitar a disponibilização de um espaço para reunirem.-----

----- Tomou da palavra o senhor **Presidente da Mesa** para, antes do intervalo de quarenta e cinco minutos, solicitar autorização à assembleia para integrar na ordem de trabalhos dois votos de pesar: Pelo falecimento do Dr. Fernando Vasconcelos e pelo falecimento do pai dos membros da Assembleia Municipal, Alexandre Costa e José Costa. De seguida, solicitou ao Senhor Presidente de Câmara em exercício que providenciasse dois espaços para que os grupos municipais se reunissem e apreciassem as actas.-----

----- Tomou da palavra o **Senhor Presidente de Câmara em exercício**, informando que os espaços seriam disponibilizados, conforme o solicitado.-----

----- De seguida tomou da palavra o senhor **Presidente da Mesa** para reforçar o pedido de aprovação de aceitação da proposta do voto de reconhecimento e de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Vasconcelos.-

----- Colocada a votação, a Assembleia aprovou por unanimidade a admissão e aprovação da proposta.-----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** que, após uma breve e sentida referência ao percurso político do Dr. Fernando Vasconcelos, enquanto Presidente de Câmara e Presidente da Assembleia Municipal e considerando que, sendo este uma memória viva da Assembleia Municipal, citando “ *tudo o que se possa dizer sobre ele, é pouco*”, procedeu-se aos três minutos de silêncio. -----

----- De seguida o senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra aos Senhores Líderes de Bancada que mostraram interesse em se pronunciarem sobre o Dr. Fernando Vasconcelos.-----

----- Tomou da palavra o deputado **Miguel Costa** que se dirigiu a

Assembleia dizendo “ *O Partido Socialista, como é óbvio perante uma figura impar deste Concelho, apesar de ter feito os três minutos de silêncio, associa-se completamente a esta homenagem. Realmente, as pessoas, os grandes obreiros deste concelho e este Senhor é um deles, devem ser reconhecidos e lembrados no presente e durante os tempos. Da nossa parte, queremos transmitir o nosso obrigado a essa pessoa, por todo o trabalho que fez em prole da comunidade pacense. Aproveito e sei que o iria fazer, pedia ao Engº José Manuel Soares para intervir. Estivemos a falar um pouco antes e penso ser merecedor disso, ainda que não tenha que pedir nada, apenas deixo a porta aberta para o fazer.*”-----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** informando que os Senhores Líderes de Bancada é que decidem como funcionar, dirigindo-se ao deputado **Miguel Martins** para perceber se concordava em dar a palavra ao deputado José Manuel Soares. Não tendo o Líder de Bancada se oposto, foi dada a palavra ao deputado. -----

----- Tomou da palavra o deputado **José Manuel Soares**, citando “ *Boa noite a todos, cumprimento a mesa, o executivo e os colegas membros da Assembleia Municipal. Falar sobre o Dr. Fernando Vasconcelos, para mim, pessoalmente, quando às vezes dizem que eu o vim substituir, é de facto uma grande responsabilidade. Eu não o vim substituir. É um facto que foi na sequência da renúncia do Dr. Fernando Vasconcelos à presidência da Câmara, que eu entrei nesta casa em Agosto de 1987. Só depois disso, contrariamente ao que alguns jornais disseram, que foi em 1988 que ele deixou a Câmara, sublinho, que ele deixou a Câmara em Agosto de 1987, até aí tinha algumas suspensões de mandato porque era deputado na altura, também. Mas, mesmo ele não estando na Câmara e chegando eu à Câmara, enquanto miúdo com menos de 30 anos, passei algumas horas com ele, porque sempre foi para mim um símbolo e se o País claramente tem muitos*

*símbolos, os partidos têm-nos e desde logo, em termos dos dois partidos aqui representados, quer Mário Soares quer Francisco Sá Carneiro que são dois grandes símbolos, também o Dr. Fernando Vasconcelos, aqui nosso concelho, foi um símbolo que já vinha de há muito tempo. Não foi por acaso que, nas primeiras eleições que foram no dia 12 de Dezembro de 1976, o Dr. Fernando Vasconcelos foi eleito, enquanto cabeça de listado PPD, à data, tendo sido a tomada de posse do mesmo em Janeiro de 1977, na Câmara Municipal do Porto. Todos os Presidentes de Câmara do Distrito do Porto, eleitos, tomaram lá posse. Unanimemente foi entendido e decidido, que quem faria a intercalação, em nome de todos os empossados como primeiros Presidentes de Câmara do distrito eleitos pós o 25 de Abril, seria o Dr. Fernando Vasconcelos. Unanimemente aceite pelos seus pares, o que diz, desde logo, muito da grandeza do homem que era o Dr. Fernando Vasconcelos. De facto, depois disso, a sua vida foi o que nós, quase todos, fomos conhecendo. Era um campeão da tolerância, claramente um homem da democracia, era um democrata e enquanto Presidente desta Assembleia, não sei se há alguém, colegas que foram membros da Assembleia com ele a presidir, eu fui. No segundo mandato que ele foi Presidente da Assembleia, trabalhei com ele enquanto Vereador e membro da Assembleia e ele, Presidente da Assembleia. Tenho uma experiência dupla. Estamos de facto perante uma personalidade. Isto é mesmo para ser posto desta forma, perante uma personalidade, digamos aqui começando muito leve, interpretava o desenvolvimento do Concelho a uma única velocidade, mas todo o Concelho. Eu sou testemunha de inúmeras declarações dele e de ideias, discussões internas enquanto governo do Município. Paços, Freamunde, Carvalhosa, Codessos, Lamoso, nunca se esquecia de ninguém. Muitas vezes contra a opinião, diria até, da quase maioria dos colegas, mas numa salutar discussão, ele gostava de provocar, não só aqui na casa do Município mas,*



*também, nas sessões prévias partidárias. Vamos chamar os nomes as coisas porque é assim que elas são, gostava de provocar as pessoas. Era um homem sempre disponível, ele e várias pessoas e tinha uma máxima que usava: que estava disponível para tudo, inclusive para estar indisponível. Isto de facto demonstra a grandeza do homem. É isto que tenho para vos dizer do Dr. Fernando. Foi uma machadada grande. Penso que, quer a sua terra natal, quer a sua terra de adoção, podemos dizê-lo porque era um homem que adorava a Póvoa. O pai dele foi Reitor do Liceu da Póvoa, portanto, ele viveu alguns anos da sua juventude na Póvoa, portanto, ele tinha um amor muito grande pela Póvoa do Varzim. Não faço ideia se há intenção de reconhecer, mas obviamente que espero e tenho a certeza que sim, quer a Junta de Freguesia de Freamunde, sua terra natal, quer o executivo da Câmara Municipal de Paços de Ferreira irão perpetuar a memória do Dr. Fernando Vasconcelos, da forma que entendam melhor. Não será a altura de fazer propostas e assumi-lo, mas será talvez a altura de consensualizar essas propostas antes de serem públicas. Dada a dimensão da pessoa que estamos a falar, seria de bom-tom, na minha modestíssima opinião, que as propostas que eventualmente venham a ser públicas, se fossem previamente concertadas pelos partidos, para de facto ser homenagem, una e unida de um Concelho e de uma terra, a um filho seu. Muito Obrigado."*-----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa**, agradecendo e congratulando-se com a referência que foi apresentada e dizer que é do seu entendimento, enquanto Presidente da Assembleia Municipal e que já enviou uma mensagem ao Senhor Presidente de Câmara e ao Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Freamunde, inclusive com uma proposta para o reconhecimento da memória do Dr. Fernando Vasconcelos. Manifestou-se, também, muito feliz por ver que as bancadas se juntam neste propósito de homenagear uma figura impar que acolhe várias sensibilidades e acrescenta,





dizendo, que as homenagens municipais são diferentes das homenagens da Câmara. Uma homenagem municipal vai ser aprovada na Assembleia Municipal. Disse: “*Todas elas*”.-----

----- De seguida o Senhor **Presidente da Mesa** solicitou aos membros da Assembleia Municipal para que se deslocassem à mesa para levantarem as respectivas actas em papel, constantes da ordem de trabalho, para que se prosseguisse com a reunião dos grupos municipais e consequente análise das actas, conforme o entenderem. Informou, ainda, que a Assembleia retomaria os trabalhos pelas vinte e duas horas e trinta minutos. -----

#### ----- PONTO UM -----

----- APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2018; -----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa**, retomando os trabalhos da Sessão da Assembleia, dizendo que antes da apreciação e aprovação da acta da sessão ordinária de vinte e oito de Dezembro de dois mil e dezoito, queria verificar e clarificar uma situação, dessa reunião, ou seja, referente ao Ponto Um da ordem de trabalhos. Na sessão anterior, o Senhor **Presidente da Mesa** perguntou quem é que se absteve porque esteve ausente ou quem, intencionalmente, se absteve quando foi a questão das actas. Informa que, segundo o Código do Procedimento Administrativo, quem não esteve na sessão, não se pode abster, simplesmente não participa na votação por impedimento legal. De imediato, pediu que lhe fossem facultadas as folhas de presenças dessa e das outras sessões para confirmar quem poderia exercer o seu direito de voto para cada uma das actas, respectivamente. Depois deste esclarecimento procedeu à verificação juntamente com os



membros da Assembleia, relativamente a acta referida no ponto um da ordem de trabalhos, de todas as presenças e ausências, nessa sessão, para que não restassem quaisquer dúvidas. Considerando que as actas referentes no ponto dois e três, eram de memória relativamente recente, não havendo dúvidas nem qualquer imprecisão, o Senhor Presidente da Mesa iniciou os trabalhos de apreciação e aprovação da acta da sessão ordinária de vinte e oito de Dezembro de dois mil e dezoito, informando os membros da bancada que estavam abertas as inscrições para quem o pretendesse fazer. Antes de se passar ao momento da votação, e tendo o Senhor deputado **Miguel Martins** mostrado interesse em intervir, o Senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor deputado, para que ficassem registados os motivos alegados para o pedido de colocação a apreciação e votação da admissão da acta nº 6/2018, constante deste ponto.-----

----- Tomou da palavra o Senhor deputado **Miguel Martins** cumprimentando todos os presente e dizer que tendo sido, a acta nº 6/2018, entregue mais tarde, fora dos prazos legais, esta deveria ser submetida para aprovação da sua admissão. Ainda que, não sabendo se este seria o procedimento correcto, após conversa com o líder de bancada do PS, Miguel Costa, ficou com a ideia de que este procedimento seria, supostamente, o esperado por ambas as bancadas. Exceptuando a acta de 25 de Abril que foi entregue nos prazos legais, as outras deveriam ser colocadas, primeiro a votação para a sua admissão e sendo aprovadas, posteriormente seriam, então, colocadas a votação, a apreciação e aprovação. -----

----- Tomou da palavra o Senhor deputado **Miguel Costa** cumprimentando todos os presentes e referindo que a convocatória que recebeu é a mesma que foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, sendo clara quanto à ordem de trabalhos. Reiterando que as actas referidas na ordem de trabalhos são para ser apreciadas e votadas. Relembra ainda que as actas foram

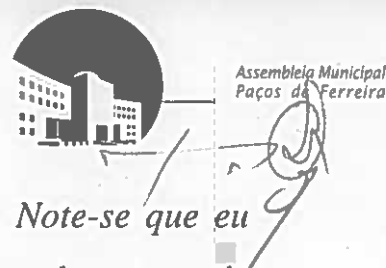
submetidas aos líderes de bancada no dia 12 de Julho. Por tal, não consegue entender o argumento do Senhor deputado Miguel Martins. Referiu ainda que, pela primeira vez, enquanto membro desta Assembleia, as actas foram remetidas com a nota de um pedido de colaboração aos líderes de bancada, para que junto dos seus grupos municipais, pudessem dialogar e identificar possíveis imprecisões, por forma a serem rectificadas. No entender do senhor deputado Miguel Costa, o tempo disponibilizado para a verificação das actas, desde o dia 12 de Julho, foi dado e foi mais do que as 48 horas previstas na lei. Por esse motivo não concorda com a necessidade de votação para a admissão das actas. -----

----- Tomou da palavra o Senhor deputado **Miguel Martins** para confirmar que, de facto, recebeu o mail no dia referido, ressalvando que não tinha sido enviada a acta, mas sim uma acta para revisão e para receber contributos, caso os houvesse. Afirmou que não competia a nenhum dos membros da Assembleia dar contributos sem, antes, ouvirem a gravação, bem como, sem terem toda a documentação. Entendia que, se o Partido Socialista aceitava que este é o procedimento, então, procederá dessa forma. No entanto, sublinha que a acta tem que ser disponibilizada a todos os membros da Assembleia, no local próprio. Lembra que foram criadas condições, neste mandato, para que todos os membros pudessem ter acesso à documentação. A área reservada à Assembleia Municipal que existe, na página do Município, desde então, foi criada exactamente para que toda a documentação para apreciação e votação, possa estar disponível a todos os membros da Assembleia Municipal. E sublinha: “Isso não foi feito”. Como tal, entende que não tendo sido cumprido o procedimento, a acta deverá ser submetida a votação para a sua admissão.---

----- De seguida tomou a palavra o Senhor **Presidente da Mesa** colocando a votação a proposta de admissão da acta nº 6/2018, tendo a Assembleia Municipal aprovado a proposta por unanimidade. -----



----- O Senhor **Presidente da Mesa**, ainda sobre a acta nº 6/2018, tomou da palavra para fazer uma resenha explicativa sobre os acontecimentos que estiveram na origem do atraso da elaboração da mesma: “ *Distintos líderes dos grupos municipais, o camarada Miguel Costa e o companheiro Miguel Martins, Caros membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Meios de Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores. O agendamento desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal surge para se satisfazer a necessidade de se resolverem assuntos que se arrastam desde a sessão ordinária de vinte e oito de Dezembro de dois mil e dezoito. Lembro, como nota prévia, que durante essa sessão ocorreu um problema de saúde ao Senhor Ângelo Barbosa, então primeiro secretário a exercer a função de Presidente da Mesa. Como não havia condições para se continuar a reunião, que iam no ponto sete, os trabalhos foram suspensos, tendo sido retomados pelas nove horas da manhã do dia seguinte, ou seja, no dia vinte e nove de Dezembro. Continuando o Senhor Barbosa internado no Hospital Pe. Américo, em Penafiel, a Mesa do dia vinte e nove de Dezembro, foi constituída por Armandina Loureiro, que presidiu, e secretariada por Miguel Costa e Miguel Martins, ou seja, pelos líderes dos dois grupos municipais. Deste modo, a presente acta, que estamos a votar, teve duas Mesas completamente distintas, uma que orientou os trabalhos até meados do ponto sete e a outra que finalizou o ponto sete e conduziu os trabalhos até à aprovação e assinatura da minuta, para que as deliberações pudessem produzir efeitos imediatos. Dada a complexidade da situação, tanto mais que o Senhor Barbosa continuava internado, quando pretendi agendar a aprovação da acta, pedi acta, para a reunião de Fevereiro e os serviços não a tinham em condições. Fiquei deveras preocupado, pois tratava-se e trata-se da acta que, entre outras coisas, relata as deliberações de fixação do IMI. Nesse quadro, encetei todos os esforços para que a referida acta pudesse ser*



trazida à Assembleia para aprovação, na reunião de Abril. Note-se que eu tinha faltado à reunião de vinte e oito de Dezembro e que, formalmente, nada sabia do que tinha ocorrido e como tinham decorrido os trabalhos dessa sessão. Os serviços de apoio à assembleia municipal, disponibilizaram a referida acta e a mesma foi colocada na ordem de trabalhos da referida sessão ordinária de Abril. Na sessão ordinária de Abril, o grupo municipal do PS e o grupo municipal do PSD, pela voz dos seus líderes, ou seja, pelos próprios dois secretários da referida parte dos trabalhos da sessão de Dezembro de dois mil e dezoito, que tinham decorrido na manhã do dia vinte e nove, pedem uma alteração à ordem de trabalhos e pedem para que esse ponto seja retirado da ordem de trabalhos. A proposta foi aceite pela Mesa, também agora presidida pela primeira secretária, Armandina Loureiro, e foi aprovada, por unanimidade, alegando-se que a mesma não relatava o ocorrido. Desta feita, voltei a desencadear todos os esforços para que a referida acta fosse elaborada e acolhesse a aprovação dos líderes dos grupos municipais, pessoas essas, que afinal eram e são os secretários da referida reunião de vinte e nove de Dezembro, e que assinaram a minuta que fixa o IMI e que seguiu para o FAM. Depois de todos os esforços não consegui obter o consenso, pelo que não foi possível trazer à Assembleia Municipal a dita acta, nem na reunião de Junho. Perante tudo este imbróglio democrático e institucional, continuei a procurar perceber o que efectivamente se terá passado e, perante uma proposta de acta que os serviços consideraram suficientemente acolhedora e relatadora do ocorrido na noite do dia vinte e oito e na manhã do dia vinte e nove de Dezembro, contacto os líderes de bancada e agendei esta reunião, faz hoje precisamente oito dias. Depois de múltiplos contactos, entre serviços e líderes de bancada, chegamos à versão que, às dezassete horas e dez minutos do passado dia doze, ou seja, sexta-feira, foi enviada, pelo Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, um mail



*com seguinte teor: (Exmos. Senhores Líderes de Bancada e acrescento, eu, e Secretários da presente acta) Na sequência do solicitado pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Pereira, junto remetemos a V.Ex.ªs. para conhecimento, possibilidade de dialogar com seus respectivos grupos municipais e apresentarem as suas prévias apreciações, sobre a proposta de acta da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2018. Agradecemos a Vossa melhor atenção. Com os melhores cumprimentos.) Neste momento Distintos Líderes dos grupos municipais e secretários desta acta, Caros membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Meios de Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores, neste momento eu tenho a informar que, até ao momento, não recebemos qualquer apreciação sobre a referida proposta de acta. Os Senhores Secretários, nada acrescentaram à acta. Proposta esta que vai ser sujeita a votação da Assembleia Municipal. A bem da Democracia e do Município de Paços de Ferreira.”-----*

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições:-----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado **Miguel Martins** começando por dizer que sendo uma pessoa democrática, entendia e respeitava a decisão do Senhor Presidente da Mesa de não querer diálogo. No entanto, referiu que, não podia deixar em claro, algumas coisas. O pedido que o Senhor Presidente da Mesa fez aos líderes de bancada e o envio da minuta, nunca colocou em causa a sua vontade de colaborar. Mas que seria complicado para os próprios, tendo recebido os documentos no dia 12, sem descurar os seus compromissos profissionais, agendarem uma data para se sentarem todos, analisarem e fazerem sugestões por forma a acta ficar clara e inequívoca. Diz ainda, que teve a oportunidade de conversar com o Senhor Presidente da Mesa e com o Líder de Bancada do PS para, com tempo, marcarem uma hora e

conjuntamente ouvirem as gravações desde o início da acta e relatarem fielmente aquilo que se tinha passado. Como o tempo era curto, disse, que não se disponibilizou. Referiu que teve oportunidade de dizer ao Senhor Presidente, telefonicamente, que a acta continha algumas situações que precisavam de ser revistas, cuidadosamente, não de um dia para o outro. Disse, também, que se existem gravações, os serviços só teriam que ouvir ponto a ponto, minuto a minuto e relatarem. Que, até à data, não recebera a gravação dessa sessão. Referiu que seis meses depois, era complicado saberem o que se passou. Afirmou que nunca fugiram às suas responsabilidades, estiveram sempre disponíveis e colaboradores, no entanto o tempo não foi o necessário. Disse que não compreendia a intervenção do Senhor Presidente da Mesa, porque nunca estiveram indisponíveis, como o Senhor Presidente da Mesa poderia confirmar, a bem da verdade, para resolverem e colocarem a acta de forma correcta.-----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado **Marques Pereira** cumprimentando todos os presentes e disse que não compreendia a tentativa de responsabilizar os Líderes de Bancada, secretários da Mesa a partir do Ponto Sete, da Acta em questão. Referiu que este assunto já se arrastava desde Fevereiro de 2019 e recordou que reuniram com o Senhor Presidente, a secretária, o Dr. Leão, a Dra. Fernanda Monteiro, o próprio e o Miguel Martins, em Maio de 2019 na tentativa de resolverem a situação e o Senhor Presidente chamou a si, a partir do dia 29 de Dezembro, a resolução de todo esse processo. Disse que ficou, assim, convencido que esse assunto seria liderado pelo Senhor Presidente. Mostrou-se surpreendido com a abordagem do Senhor Presidente que responsabilizava, no momento, os Líderes de Bancada que secretariaram a reunião de 29 de Dezembro, em plena Assembleia. Disse ainda, que todos os deputados da Assembleia Municipal têm o direito de receber a documentação oficiosa, em tempo útil e não um

*draft*, que não sabiam se iria ser alterado, ou não. Concluiu para dizer que sobre a acta em concreto, continuavam a existir imprecisões e erros. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado **Miguel Costa** para referir que esperava que os deputados do grupo municipal do Partido Social Democrata, relativamente à acta que estava em discussão, fossem referindo ponto a ponto o que entendiam não estar correcto e dessa forma, as observações sendo registadas, votassem de seguida. Relativamente ao Ponto Sete, onde se lê “*a redacção deste ponto, que faz parte integrante da Acta de 28 de Dezembro*”, solicitou que fosse corrigido, uma vez que não se tratava da acta, mas da minuta da acta. -----

----- Tomou da palavra o Senhor deputado **Miguel Martins** para lembrar que o Partido Social Democrata votou favoravelmente a admissão da acta. ----

----- De seguida usou da palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer os Senhores Deputados da Assembleia Municipal sobre a feitura das actas, citando o artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo e a Lei nº 75, das Autarquias. -----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado **Miguel Martins** para pedir que o Senhor Presidente da Mesa confirmasse se a sessão estava a ser gravada, uma vez que insinuou que, eventualmente, poderia não estar a ser gravada. Disse, ainda, que para que a democracia se cumprisse era essencial que não houvesse falhas nas gravações.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, Ricardo Pereira, e os membros, Carla Susana Martins Moura, David Taipa Coelho, Virgínia Isabel Costa Carvalho, José Luís Queirós Monteiro, Antero Fernando Dias Nunes Teixeira por estarem ausentes na Assembleia Municipal de vinte e oito de Dezembro de dois mil e dezoito, não possuem direito de voto. Colocada a votação, a proposta foi reprovada com treze votos contra dos deputados eleitos pelo Partido Social Democrata, José Manuel da Costa Soares, Luis Miguel dos





Santos Martins, Joana Leão Torres de Araújo, Abílio Ferreira da Costa Fernandes, António José Marques Pereira, Ana Cristina Alves Ferreira, Tomás de Aquino Oliveira e Paiva, Francisco José Soares Costa, Bruno Filipe da Silva Gomes, António Duarte Dias Carvalho, Rui Filipe Coelho Barbosa, Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes e Artur Alexandre Soares Costa e doze votos a favor, dos deputados eleitos do Partido Socialista. -----

----- O grupo municipal do Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Voto, que se anexa, fazendo parte integrante desta acta. -----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** e comunicou que, na sequência dos acontecimentos, iria apresentar a sua demissão e pediu a todos os presentes que não saíssem da sala antes de ser aprovada a minuta da acta da sessão. -----

## PONTO DOIS

----- APROVAÇÃO DA ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2019;-----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** colocando a votação a proposta de admissão da acta nº 02/2019, tendo a Assembleia aprovado a proposta por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:-----

----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **Ramiro Lobo** para pedir que fosse alterada a presença do mesmo, uma vez que tinha sido substituído pela deputada Helena Leal, na sessão de 25 de Abril de 2019. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado **Miguel Martins**, para referir que situações como a que o Senhor Deputado Ramiro Lobo expôs, não se

justificavam e não podiam voltar a acontecer. Sublinhou que os procedimentos têm que ser revistos e alterados, para bem da Democracia. -----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para esclarecer que as questões levantadas sobre a acta da Sessão de 25 de Abril de 2019, se deveu ao facto de não ter havido gravação e que, esse facto, foi comunicado. -

----- Usou da palavra o Senhor Deputado **Hugo Lopes** começando por cumprimentar todos os presentes e dizer que a bem da democracia, devia ser feito o possível para que, tudo o que acontecesse na Assembleia Municipal, fosse reflectido nas actas correctamente e o mais próximo possível da realidade. Referiu que, apesar de haver uma tentativa de transformar essas situações numa questão política, essa era mais uma questão administrativa que devia ser referenciada ao executivo, para que o mesmo, junto dos serviços pudessem averiguar e responsabilizar, se fosse o caso. Reafirmou que o trabalho efectuado na Assembleia Municipal, devia ser bem descrito. -----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado **Marques Pereira** e disse que foi surpreendido com o anúncio do Senhor Presidente da Mesa e ao contrário do que se pudesse pensar, não ficou satisfeito com a demissão deste. Referiu o esforço que o Senhor Presidente da Mesa fez para que a Assembleia funcionasse de acordo com o que está previsto na Lei e que era, dessa forma, que os cidadãos que os elegeram, queriam que funcionasse. Reconheceu que, apesar de inglório todo o esforço feito, acreditava que, ainda, era possível conseguir esse objectivo. Disse, ainda, que não concordava com o que o Senhor Deputado Hugo Lopes referiu na sua intervenção, relativamente à questão administrativa na elaboração das Actas, que requereu fosse averiguada pelo executivo camarário, junto dos serviços. Sublinhou que essa é uma questão política, que não estavam a ser avaliados os funcionários da Câmara, que acreditava, seguramente, estarem a fazer o seu melhor. Disse que entendia estar na hora de mudar o paradigma da Assembleia Municipal.



Concordava com o Senhor Presidente da Mesa que ao referir o Código do Procedimento Administrativo no seu artigo trinta e quatro, deixava claro que as minutas devem ser elaboradas de forma sintética onde deviam constar, apenas, as propostas, as votações, as eventuais declarações de voto, se as houvesse e o que fosse ditado para a minuta. Relativamente às Actas, sublinhou referindo a Lei, dizendo que deviam ser transcritas, reflectindo tudo aquilo que é dito. Disse, ainda, que tinha que se garantir condições de trabalho para que o processo de elaboração das Actas decorresse com seriedade. Concluiu reforçando o seu sentimento de insatisfação com a demissão do Senhor Presidente da Mesa e afirmou, mais uma vez, o respeito que tinha pelos funcionários da Câmara Municipal.-----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado **Hugo Lopes** para esclarecer alguns dos factos referidos na sua última intervenção, dizendo que não se podia fazer aproveitamento político de situações como a referida, relativamente à elaboração das Actas. Disse ainda que, ao referir-se à averiguação que o executivo deveria fazer aos serviços municipais, não foi no sentido de acusar as pessoas, mas de defender as mesmas. Entende que só assim ficaria clarificado se existiu ou não responsabilidade por parte dos serviços. Deu como exemplo a chamada de atenção por parte da bancada do Partido Social Democrata, sobre informações que foram dadas e que não foram tidas em consideração. Alerta que, dessa forma, estariam a acusar pessoas, sem terem a certeza da sua responsabilidade. Concluiu dizendo que a acção disciplinar é uma acção que defende os próprios e ainda, que este assunto devia ser clarificado, para que não ficasse no ar o que poderia estar por trás desta questão. Acrescentando, para terminar, que em momento algum se pretendeu responsabilizar as pessoas, mas provavelmente, demonstrar que elas não têm qualquer responsabilidade nestas questões. -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado **Miguel Martins** para afirmar,



ainda sobre o que foi referido pelo senhor Deputado Hugo Lopes, que as informações, ou documentos, foram efectivamente entregues. Disse que não queria acusar ninguém, mas os documentos foram entregues, aliás como tem sido método utilizado, desde sempre, pela Bancada do Partido Social Democrata. Disse que este foi o método implementado nesta Assembleia, a pedido do Senhor Presidente da Mesa, em reunião de Lideres, efectuada no último mandato. Concluiu dizendo que, estiveram disponíveis para colaborar com a Mesa da Assembleia, sempre que lhes era pedido. -----

----- Os Senhores Deputados António Ramiro Lobo Gonçalves, Joana Leão Torres Araújo, Antero Fernando Dias Nuno Teixeira, Ana Cristina Alves Ferreira, Bruno Filipe da Silva Gomes e Rui Filipe Coelho Barbosa, por estarem ausentes na Assembleia de 25 de Abril de 2019, não possuem direito de voto. Colocada a votação a proposta foi aprovada com vinte cinco votos a favor. -----

### PONTO TRÊS

----- APROVAÇÃO DA ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 25 DE JUNHO DE 2019; -----

----- Tomou a palavra o Senhor **Presidente da Mesa** colocando a discussão a proposta de admissão da acta nº 4/2019, abrindo, de seguida, as inscrições: -

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado **Marques Pereira**, para dizer que pese embora o facto da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, estar a acontecer para se tratar das actas constantes nos pontos da ordem do dia e tendo em conta, o enorme conjunto de imprecisões que pejam a acta nº 04/2019, referente a sessão de 25 de Junho de 2019, a Bancada do PSD propunha a sua retirada da ordem do dia, devendo a mesma ser submetida numa próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----



----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **Francisco Costa**, começando por cumprimentar todos os presentes e dando nota, caso a acta nº 4/2019 fosse retirada da ordem do dia, que esta sofresse as alterações necessárias, no sentido de suprimir as imprecisões e de transparecer o que se passou de facto na sessão a que diz respeito. Referiu, lembrando situações anteriores e semelhantes, que esta situação não deveria continuar a acontecer e que se deveria perceber o que se passava. E, refere ainda, que a acta em discussão, não fora enviada no dia 12 de Julho, juntamente com os outros documentos, tendo sido enviada na tarde do dia da Sessão da Assembleia Municipal. Ou seja, reforça dizendo que, para além de não ter percebido que esperavam contributos para as actas, a acta de 25 de Junho não constava dos documentos anexos, enviados por mail aos membros da Assembleia Municipal. Relembrou, ainda, aos Senhores Deputados que todos receberam uma palavra passe para acederem à página Município, onde se encontra a área reservada da Assembleia Municipal, no dia 30 de Abril de 2018. Continuou fazendo referência a imprecisões da acta em discussão, relativamente ao ponto cinco: “*Eu referi a existência de uma rua em Paços de Ferreira que liga a Rua António Campos à Rua da Escola Preparatória que, apesar de construída e concluída, está interdita ao trânsito por estar embargada. Foi confirmado pelo Senhor Presidente em exercício que na realidade estava e esclarecido qual era o problema, acontece que isto não consta da acta. No ponto 6, refere duas intervenções como tendo sido eu a efectuá-las, quando na realidade quem as efectuou foi o colega Marques Pereira. Estes são alguns dos pormenores que interessaria rectificar.*”-----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para solicitar à mesa que as alterações sugeridas fossem tidas em conta. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **Hugo Lopes** para lembrar que as alterações que estão a ser propostas deveriam ter chegado à mesa, quando

foram solicitados os contributos, antes da discussão do assunto.-----

Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** e solicitou à Bancada do PSD que, através de declaração de voto, fizessem chegar as imprecisões que pretendem ver corrigidas e que, a mesma, faria parte integrante da acta.-----

----- Tomou da palavra o Senhor **Presidente em exercício** começando por cumprimentar todos os presentes e manifestar a sua tristeza quanto ao facto da Bancada do PSD, sistematicamente, mesmo percebendo que pudesse haver falhas do pessoal dos serviços que colaboram na execução das actas, levem à exaustão qualquer Presidente da Assembleia Municipal, ao ponto de o mesmo querer colocar o lugar à disposição. Referiu que, sendo este Município e o executivo do índice de transparência, lamentava que não se corrijam os lapsos ou os erros que se detectam, atempadamente, sem qualquer problema e que se utilize o espaço da Sessão da Assembleia Municipal para se levantarem questões sobre imprecisões das actas. Sublinhou o facto de os documentos serem facultados de forma transparente a todos os membros da Assembleia Municipal, a quem são solicitados contributos para que as actas reflectissem exactamente o que se passava. Lamentou ainda que, mesmo com todas estas possibilidades de correcção, se venha para a Assembleia, de forma cobarde, levantar questões sobre a elaboração das actas. Pediu imensa desculpa por utilizar o termo “cobarde”, mas que se devia ao sentimento de revolta e de indignação, por todas as oportunidades que foram disponibilizadas a toda a gente para o fazer e não o fizeram. Sugeriu que todos reflectissem sobre o assunto. Após interpelação do Senhor Deputado Marques Pereira, o Senhor Presidente em exercício sublinhou que lamentava as atitudes que se tomaram na Assembleia, que puseram em causa tudo e todos, quando na realidade tinha sido dada a oportunidade de se corrigirem todas as imprecisões referidas. Terminou dizendo que, deliberadamente, a confirmar-se a demissão do Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Deputados seriam os responsáveis



por essa demissão, o que lamentava. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **Miguel Martins** para dizer que os Deputados do PSD sempre estiveram disponíveis para trabalhar e resolver o assunto em questão. Deixou claro que poderia ser marcada reunião para o dia seguinte, que ali estariam prontos para resolver o assunto. Referiu que ser tratado por cobarde é chegar a um dos pontos mais baixos na Assembleia Municipal. Relevou porque acredita que, o Senhor Presidente em exercício, reflectiria e apresentaria+ um pedido de desculpas. Interpelado pelo Senhor Presidente em exercício, que disse já o ter feito, aceitou as desculpas apresentadas. Referiu que a única bancada que disse apoiar o Senhor Presidente da Mesa, que nunca colocou em causa o seu lugar, tinha sido a bancada do PSD e que estaria sempre a seu lado para trazer a dignidade que a casa da Assembleia Municipal merecia. Terminou dizendo que o Senhor Presidente em exercício não podia dizer que o PSD é responsável.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado **Miguel Costa** e disse que o que estava a acontecer era teatro, que os Senhores Deputados do PSD não tinham tido tempo, de sexta-feira passada até então, para apresentar uma única sugestão, uma única alteração à acta, mas de então para o dia seguinte a Bancada do PSD já se encontrava disponível. Refere que neste dia, da sessão da Assembleia Municipal, tinham tentando, mais que uma vez, encontrar entendimento sobre o que gostariam de ver alterado na acta. Sendo que a resposta do PSD, terá sido que não queriam alterar nada. Alegou ter feito várias tentativas para chegarem a um consenso sobre os pontos a alterar, sem sucesso. Disse que os Senhores Deputados do PSD estavam na Assembleia, literalmente, para boicotar os serviços.-----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente em exercício**, para assumir o compromisso de, no próximo ano e orçamento, dotar a Assembleia Municipal de equipamento necessário para que de futuro estas questões não se



repetissem. Disse ainda, que o caminho que estava a ser tomado naquela Assembleia, não interessava. Referiu mais uma vez que o índice de transparência do Município e executivo era dos mais elevados do País. Disse que gostaria que a Assembleia Municipal atingisse os mesmos patamares. Terminou dizendo que ficou convencido que os Senhores Deputados do PSD tinham levado o assunto ao extremo com a intenção de ver apresentada a demissão do Senhor Presidente da Mesa, mas que esperava que o Senhor Presidente da Mesa reflectisse e não o fizesse. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **Marques Pereira** no direito da defesa da honra para se dirigir ao Senhor Presidente em exercício e dizer-lhe que desculpava a forma como tinha deixado extravasar o que sentia, uma vez que imaginava que estaria nervoso e apreensivo com a situação e que compreendia e se solidarizava com ele. Terminou chamando a atenção sobre a intervenção do Senhor Deputado Miguel Costa, relativamente ao dia e hora em que foram entregues os documentos sobre a acta em questão, para clarificar o facto de não ter havido tempo para qualquer análise e correcção por parte dos Senhores Deputados do PSD.-----

----- Colocada a votação a proposta de admissão da acta nº 4/2019, a mesma foi aprovada com dezoito votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e treze votos contra dos deputados do Partido Social Democrata e Deputado Independente, José Manuel da Costa Soares, Luis Miguel Santos Martins, Abílio Ferreira da Costa Fernandes, António Marques Pereira, Ana Cristina Ferreira Alves, Francisco José Soares da Costa, Joana Leão Torres de Araújo, Tomás de Aquino Oliveira Paiva, Bruno Filipe da Silva Gomes, António Duarte Dias de Carvalho, Rui Filipe Coelho Barbosa, Artur Alexandre Soares Costa e Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes, respectivamente.-----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para submeter o



assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições. Não havendo inscrições foi colocada a votação a aprovação da Acta nº 4/2019 de 25 de Junho de 2019. Os membros, José Manuel da Costa Soares, Hugo Miguel Sousa Lopes, Carlos Manuel Pacheco Lobo, Jocelino Gonçalves Moreira, Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes, Bruno Filipe da Silva Gomes e Tomás de Aquino Oliveira e Paiva, por estarem ausentes na Assembleia de 25 de junho de 2019, não possuem direito de voto. Colocada a votação, a proposta foi aprovada com quinze votos a favor dos Deputados do Partido Socialista, seis votos contra dos deputados do Partido Social Democrata, Luis Miguel Santos Martins, Joana Leão Torres de Araújo, Abílio Ferreira da Costa Fernandes, António Marques Pereira, Ana Cristina Ferreira Alves e Francisco José Soares da Costa e, ainda, do Partido Social Democrata, três abstenções dos deputados, António Duarte Dias de Carvalho, Rui filipe Coelho Barbosa e Artur Alexandre Soares Costa.-----

----- O grupo municipal do Partido Social Democrata apresentou uma Declaração de Voto, que se anexa, fazendo parte integrante desta acta. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Assembleia, **Ricardo Pereira**, antes do encerramento dos trabalhos, e disse: “ *Para que conste nesta minuta, que por considerar que não há condições políticas para continuar a defender a dignidade da Assembleia Municipal e porque efectivamente deixei de confiar nesta Camara Municipal de Paços de Ferreira, demito-me*”.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa foi interpelado pelo Senhor Deputado **Miguel Martins** que pediu permissão, antes do encerramento dos trabalhos, para lembrar a mesa que, conforme tinha sido inicialmente solicitado, gostaria de ver aprovada a proposta da Bancada do PSD, de um voto de pesar e um minuto de silêncio, pelo falecimento do pai dos membros da Assembleia Municipal, Alexandre Costa e José Costa. A mesma foi aceite



e aprovada por unanimidade, procedendo-se de seguida ao minuto de silêncio.

-----  
-----

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

-----

----- Para constar foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos  
membros da mesa. -----

-----

-----

-----

-----A MESA-----

*Leonor Torres*  
*João Miguel Reis*




## Declaração de Voto

O voto CONTRA da bancada do PSD traduz a sua discordância com o teor da ata ora posta à votação, porquanto essa não consubstancia uma reprodução fiel e integral do sucedido na Assembleia realizada em 28 de Dezembro de 2018. Tanto o conteúdo como a redacção da ata são, pois, desconformes com o ocorrido naquela Assembleia.

Paços de Ferreira, 17 de Julho de 2019

Luís Miguel d'Janto Fartius





Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira,

A acta nº 4 de 25/06/2019 é mais um exemplo claro da falta de rigor, de transparência, de profissionalismo e de qualidade na elaboração das atas.

Podemos elencar vários exemplos dessas imprecisões, dessa falta de rigor e até de falta de respeito pelos intervenientes. Optamos por destacar situações:

- 1) No ponto 5 foi referida a existência de uma rua em Paços de Ferreira que liga a Rua António Campos e a rua da Escola preparatória, que apesar de construída e concluída está interdita ao trânsito por estar embargada. Esta Intervenção foi feita pelo deputado José Costa, no entanto a mesma não consta da ata.

Porque não foi incluída na ata? Será negligência ou existirão outros motivos?

- 2) No ponto 6 refere foram efectuadas duas intervenções pelo deputado Jose Costa quando as mesmas foram feitas pelo deputado Marques Pereira. Esta situação revela uma falta de respeito gritante pelos intervenientes.

Esperamos que este tipo de situações seja erradicado e que as atas sejam um reflexo do que se passa nas reuniões da Assembleia. Apelamos ao rigor, transparência na elaboração das atas.

O PSD defende e defendeu no passado a transmissão das Assembleias Municipais pelos órgãos de comunicação Social. O PS não autorizou, percebemos o porque.

Paços de Ferreira, 25/09/2019

O líder a Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Paços de Ferreira.